

A presença da estrutura federal na escala municipal: o Programa Minha Casa, Minha Vida e a aplicação de moradias populares em áreas irregulares nos municípios: um olhar sobre Campinas – SP

Tamiris Barbosa

tamirisbarbosa@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Rio Claro

Palavras-chave: políticas habitacionais, solidariedades federativas, periferização.

Com a crescente urbanização das cidades, a questão das moradias populares se tornou o foco de várias reflexões, já que desde o início dos pensamentos sobre as cidades, a população mais pobre era posta mais afastada dos centros urbanos, devido a uma concepção “higienista” de sociedade, assim não integrando as reformas urbanas. Neste sentido, Maricato (1997) afirma que inicia nesse período e consolida-se no século XX a modernização excludente, isto é, o investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade hegemônica ou oficial, com a consequente segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos.

Tal perspectiva é corroborada por Santos (1999) ao destacar que a partir dos anos de 1950 o acentuado aumento do êxodo rural, o acelerado processo de industrialização e o rápido crescimento da população brasileira potencializaram as demandas por habitações. Contudo, não havia políticas públicas capazes de preparar as cidades para receber esse grande contingente de pessoas.

Nesse processo de separação a legislação urbana brasileira tem um importante papel como aparato de dominação. Esse aparato torna-se mais claro nas cidades onde a disputa pelo espaço é mais acirrada, e os agentes produtores, como o mercado imobiliário e o poder público não atuam democraticamente na oferta de espaços com qualidade urbana, tem todos os aparatos necessários para se ter qualidade de vida.

Sendo assim, a legislação urbana, tal como se estruturou, colaborou para construção de grandes desigualdades dentro das cidades.

Essas questões podem ser observadas, de maneira marcante, no município de Campinas, onde serão feitos os estudos apresentados no presente projeto de pesquisa. Ao longo de sua história o município consolidou um processo de segregação urbana, que cada vez mais se acentua com o passar dos anos, consolidando poucas áreas de extremo privilégio em comparação com outras de grande precariedade de aparatos urbanos.

Sendo, essas áreas precárias as mais necessitadas de regularização fundiária e das demais modificações municipais para que sua população viva conforme os preceitos da cidadania, procura-se com este projeto de pesquisa entender a relação do papel do Estado (relações entre a escala federal e municipal) na aplicação de melhorias urbanas e na aplicação de moradias populares no município. Ocorre que o governo federal somente aplica recursos (via Ministérios ou através do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento) em áreas municipais que estejam com a regularização fundiária comprovada. Em Campinas/SP observamos que mais de 230 bairros periféricos encontram alguma forma de irregularidade, ou seja, na periferia onde o auxílio de recursos federais, seja por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, seja por meio de programas de infraestrutura urbana do Ministério das Cidades os recursos federais para melhorias não chegam já que a formalização de convênios entre os entes federal e municipal seguem regras rígidas apregoadas pela Controladoria-Geral da União (GALLO, 2011).

Para compreender melhor as dinâmicas territoriais dos bairros irregulares, tomaremos como partida o recorte espacial para um bairro, o Jardim Campo Belo, bairro oriundo de assentamentos irregulares, caracterizado como pouco consolidado pelo município e que apresenta inúmeras deficiências urbanas e sociais.

Objetivos

O presente trabalho tem como finalidade principal entender como se processa a aplicação dos programas de melhoria de infraestrutura urbana e de moradia popular, no caso o Programa Minha Casa Minha Vida, nos bairros considerados irregulares do município de Campinas.

A partir do objetivo principal buscaremos apontar como a Prefeitura campineira produz suas políticas públicas de habitação na região do Jardim Campo Belo a partir do Plano Diretor Municipal – e de sua política de Macrozoneamento do Município – associado ao interesse da União, do estado de São Paulo e do próprio município em ampliar o Aeroporto Internacional de Viracopos (cujo processo de concessão à iniciativa privada foi realizado em fevereiro de 2012);

A partir do levantamento dos bairros irregulares em Campinas procuraremos compreender as solidariedades federativas existentes entre os entes da federação brasileira, em especial aquela entre o município de Campinas e a União, haja vista a natureza federal dos recursos oriundos dos muitos convênios para obras de infraestrutura urbana nos bairros campineiros que provêm do Ministério das Cidades e tem vínculo ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Resultados

Este projeto de pesquisa tem como proposta inicial entender a dinâmica das aplicações vindas do Governo Federal, como os programas de moradias populares e os investimentos voltados para a melhoria das infraestruturas urbanas. Estando, esse projeto de pesquisa, em fase inicial ainda não apresenta resultados.

Considerações finais

O projeto de pesquisa se constituirá de acordo com o levantamento e revisão de bibliografia específica sobre a temática, com o intuito de avaliar e compreender os fatores envolvidos nas aplicações das moradias populares em cidades em que grande parte da população vive de forma irregular. Também buscar-se-á ter um panorama de como a comunidade científica tem elaborado e pensado a respeito desse fenômeno e que assim trará um aporte teórico que possibilite a realização deste trabalho.

Referências bibliográficas

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.

Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.1, p.70-104, 2008. Disponível

- em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em outubro de 2013.
- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/sepla> ma. Acessado em setembro de 2013.
- CANO, W.; BRANDÃO, C. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, meio ambiente e economia.** Campinas, Unicamp - IE, 2002.
- CATAIA, M. Crise nas Cidades: alienação e resistências. In: SOUZA, M. A. (org). **A Metrópole do futuro: refletindo sobre Campinas.** Territorial, Campinas, 2008.
- FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano.** Editora FUPAM. São Paulo, 2012.
- GALLO, F. Uso do território e federalismo como evento: a difusão regional de infraestruturas analisadas a partir das transferências intergovernamentais voluntárias entre União e municípios. **Tese de Doutorado** em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia da UNICAMP, Campinas, 2011.
- HARVEY, D. O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In **Espaço & Debates**, nº6. São Paulo, NERU, 1982.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/painel/painel.php>. Acessado em 30 de setembro de 2013.
- MARICATO, E. **Habitação e Cidade.** Série Espaço e Debate. 3 ed., Atual Editora, São Paulo, 1997.
- MESTRE, A. P. Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - IG/Unicamp. Campinas, 2009.
- NASCIMENTO NETO, P.; MOREIRA, T. A.; SCHUSSEL, Z. G. L. Conceitos divergentes para políticas convergentes: descompassos entre a política nacional de habitação e o programa Minha Casa, Minha Vida. In **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 1, 2012.
- ROLNIK, R. **Exclusão territorial e Violência.** São Paulo Perspectiva, São Paulo, v.13, nº 4, 1999.
- SANTOS, C. H. M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998.** IPEA, Brasília, 1999.
- SANTOS, M. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. In **Cadernos Metrópole**, nº19, 2008.
- _____. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: EDUSP, 2002.
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo.** São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>. Acessado em 30 de setembro de 2013.
- SOUZA, M.A. **Geografias das Desigualdades.** São Paulo: HUCITEC, 1994.